



AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
DIVISÃO DE ALMOXARIFADO

TERMO DE REFERÊNCIA 05/2019-DIVAL

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição de açúcar, adoçante, café, chá e pilhas para atender a Agência Brasileira de Inteligência pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Açúcar Cristal , de primeira qualidade, de origem vegetal, sacarose de cana de açúcar, acondicionados em saco plástico atóxico, em pacote com 5 quilos, com validade mínima de 12 (doze) meses, contados da data da entrega. Marca de referência: Cristal, União, Pérola ou superior.	240709	Pacote de 5Kg	338	901	1127	10,51	11.844,77
2	Adoçante dietético, aspecto físico líquido transparente, ingredientes: sucralose e acesulfame de potássio, bico dosador, frasco com no mínimo 75ml, máximo 100ml, 1ª linha, com validade mínima de 12 (doze) meses, contados da data da entrega. Marca de referência: Linea ou superior.	407523	Frasco entre 75ml e 100ml	207	554	693	10,46	R\$7.248,78

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
3	<p>Café categoria qualidade superior, torrado e moído, em pó homogêneo, constituído de grãos tipos 6 cob (classificação oficial brasileira), com um máximo 10% em peso de grãos com defeitos pretos, verdes e ardidos (pva), evitando-se a presença de grãos preto-verdes e fermentados; gosto predominante de café arábica, admitindo-se de café robusta (conilon), com classificação de bebida dura ou superior; com selo de pureza ABIC ou laudo de análise emitido por laboratório habilitado pela Reblas/Anvisa ou Laudo de Análise emitido por laboratório/credenciado pelo Ministério da Agricultura e/ou Ministério da saúde e/ou Inmetro. Acondicionado em embalagem aluminizada, fechada hermeticamente (a vácuo, tipo tijolinho), contendo 500 gramas (quinhentos gramas) cada pacote, com validade mínima de 12 (doze) meses, contados da data da entrega. Das características apresentadas no laudo deverá obter em análise sensorial da bebida realizada por laboratório capacitado, nota de qualidade global igual ou superior a 6,1 pontos, com data de emissão não superior a 3 (três) meses da data de abertura das propostas.</p> <p>Marca de referência: Do Ponto, Pilão, Melitá, Fino Sabor, Café do Sítio ou Superior.</p>	328906	Pacote 500g	3186	8496	10620	8,23	R\$87.402,60

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
4	<p>Café categoria qualidade superior, torrado e moído, em pó homogêneo, constituído de grãos tipos 6 cob (classificação oficial brasileira), com um máximo 10% em peso de grãos com defeitos pretos, verdes e ardidos (pva), evitando-se a presença de grãos preto-verdes e fermentados; gosto predominante de café arábica, admitindo-se de café robusta (conilon), com classificação de bebida dura ou superior; com selo de pureza ABIC ou laudo de análise emitido por laboratório habilitado pela Reblas/Anvisa ou Laudo de Análise emitido por laboratório/credenciado pelo Ministério da Agricultura e/ou Ministério da saúde e/ou Inmetro. Acondicionado em embalagem aluminizada, fechada hermeticamente (a vácuo, tipo tijolinho), contendo 500 gramas (quinhentos gramas) cada pacote, com validade mínima de 12 (doze) meses, contados da data da entrega. Das características apresentadas no laudo deverá obter em análise sensorial da bebida realizada por laboratório capacitado, nota de qualidade global igual ou superior a 6,1 pontos, com data de emissão não superior a 3 (três) meses da data de abertura das propostas.</p> <p>Marca de referência: Do Ponto, Pilão, Melitá, Fino Sabor, Café do Sítio ou Superior.</p> <p>Cota reservada, art. 48, inciso III, da LC 123/2006.</p>	328906	Pacote 500g	3540	3540	3540	8,23	R\$29.134,20
5	<p>Chá diversos sabores, caixa com 10 sachês de no mínimo 1g cada, validade mínima de 12 meses, contados da data da entrega. Sabores a serem definidos no encaminhamento de empenho, entre os listados abaixo: hortelã, erva-cidreira, erva-doce, maçã e morango.</p> <p>Marca de referência: Leão Fuze, Mate Leão, Real ou superior.</p>	9750	Caixa com 10 sachês	250	668	836	3,91	R\$3.268,76

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
6	<p>Pilha pequena, modelo AA, não contém mercúrio e cádmio, sistema eletroquímico alcalina, tensão nominal 1,5 v, deve constar na embalagem que a pilha não contém mercúrio e cádmio. Validade mínima de 12 meses, contados da data de entrega, acondicionadas em cartela de 02 unidades.</p> <p>Informações adicionais do fabricante: só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.</p> <p>Marcas de referência: Rayovac, Panasonic, Elgin ou superior.</p>	403983	Cartela com 2 unidades	126	336	421	3,75	1.578,75
7	<p>Pilha tamanho palito, modelo AAA, não contém mercúrio e cádmio, sistema eletroquímico alcalina, tensão nominal 1,5 v, deve constar na embalagem que a pilha não contém mercúrio e cádmio. Validade mínima de 12 meses, contados da data de entrega, acondicionadas em cartela de 02 unidades.</p> <p>Informações adicionais do fabricante: só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.</p> <p>Marcas de referência: Rayovac, Panasonic, Elgin ou superior.</p>	403984	Cartela com 2 unidades	303	810	1013	3,26	3.302,38
							Total	R\$143.780,24

- 1.2. O prazo de vigência da contratação é de 180 dias contados do recebimento da nota de empenho prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- 1.3. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- 1.4. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 1.5. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Os itens café, açúcar, adoçante e chá serão adquiridos com a finalidade de investir no bem-estar dos servidores, contribuindo para a produtividade e qualidade de vida no trabalho.
- 2.2. O item chá é para atendimento de Unidades específicas da ABIN, diferente dos outros itens que é para uso comum de todas as Unidades da ABIN.
- 2.3. O item pilha será adquirido com a finalidade de assegurar a operação de equipamentos eletrônicos que as Unidades utilizam para cumprir suas atribuições.
- 2.4. As quantidades foram determinadas tendo como referência o consumo dos últimos doze meses verificado no sistema de controle de material de consumo da Sede, bem como:
 - 2.4.1. acréscimo de estoque segurança (três meses);
 - 2.4.2. acréscimo de estoque para tempo de reposição (seis meses);
 - 2.4.3. acréscimo do percentual de 30% a 50% para atendimento de demandas extraordinárias;
 - 2.4.4. acréscimo das demandas específicas conhecidas pela DIVAL;e,
 - 2.4.5. exclusão do saldo disponível em ata e/ou estoque disponível.
- 2.5. A quantidade de meses definida para o estoque de segurança e tempo de reposição teve como referência, respectivamente, estudos sobre as eventuais sazonalidades observadas no ressuprimento do estoque e o tempo médio observado na conclusão dos processos de aquisição de material de consumo por pregão para a SEDE no ano de 2018.
- 2.6. O percentual de demandas extraordinárias definido pela DIVAL para cada item teve como referência estudos sobre as eventuais sazonalidades observadas nas requisições dos produtos.
- 2.7. A contratação de empresa (s) para aquisição dos itens por meio do Sistema de Registro de Preços está fundamentada no Art. 3º, incisos I e II do Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013, sendo justificada pela necessidade de contratações frequentes, bem como, por ser mais conveniente a aquisição com previsão de ressuprimento do estoque trimestralmente, contribuindo assim para a manutenção adequada dos níveis de estoques evitando a descontinuidade do fornecimento desses materiais e observando os requisitos de segurança na armazenagem dos produtos, haja vista que a capacidade física do local de armazenamento dos produtos da ABIN não suporta a demanda anual.
- 2.8. Em relação ao produto café, a exigência que o licitante ofereça um produto que possua selo ABIC ou laudo emitido por laboratório credenciado ao Reblas/Anvisa ou laudo de análise emitido por laboratório credenciado pelo Ministério da Agricultura ou Ministério da Saúde ou Inmetro, busca condições mínimas para o objeto a ser aceito. Desse modo, quaisquer dos laudos apresentados são capazes de atestar a qualidade do produto em questão, ainda, incrementará qualitativamente a efetiva concorrência e quantitativamente a amplitude da participação.
- 2.9. A exigência acima visa, exclusivamente, proteger o órgão licitante, de modo que a aquisição de produtos contenha um mínimo de pureza e qualidade aceitável, não restringindo, em momento algum, a participação de empresas, haja vista que caso a empresa não detenha determinado Selo de Qualidade, existe a opção de substituição de apresentação de laudo emitido por Órgão Público competente. O que não se pode é permitir o fornecimento de produtos sem um mínimo de qualidade e segurança, que possa colocar em risco o certame bem como a saúde dos servidores, colaboradores e visitantes da ABIN.
- 2.10. A atividade de fabricação ou industrialização para os itens 6 e 7 é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, sendo assim, é exigido que o fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente

Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

2.11. Quanto a exigência de percentual mínimo para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares, justifica-se a não aquisição pela insuficiência de oferta e/ou não recebimento do objeto, em virtude de desconformidade com as especificações demandadas e ainda, quanto ao planejamento orçamentário referência 2019. Em consulta aos empreendimentos, foi verificada a oferta do produto café com preço 80% superior e para o item açúcar, com preço 32% superior ao definido no planejamento de compra.

2.12. Quanto à premissa de sustentabilidade nas compras governamentais, buscou-se comprar itens sustentáveis dentro de um parâmetro que não restringisse a marcas específicas. Verificou-se que já existem no mercado produtos com selos de sustentabilidade para parte dos itens que serão adquiridos, entretanto, por constituírem em um grupo pequeno, restrito a regiões geográficas específicas, optou-se por não exigir tal selo, por outro lado, os itens 6 e 7 que serão adquiridos, constituem em itens sustentáveis com oferta vasta no mercado.

2.13. Para se estabelecer a descrição detalhada de cada item foi realizado um estudo de mercado dos produtos, no mínimo de três marcas para cada item que se pretende adquirir. Nesta pesquisa foram observadas: aplicação do produto, característica e composição. Nesse contexto, informa-se que a especificação de cada item preservou o princípio da ampla concorrência, sendo necessária e suficiente para garantir a qualidade na contratação.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. O bem é comum, pois seus padrões de qualidade foram objetivamente definidos neste termo de referência, por meio de especificações usuais no mercado.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única, na Divisão de Almoxarifado da Agência Brasileira de Inteligência, situada no Setor Policial Sul, Área 05, Quadra 01, Bloco AA, Brasília – DF, em dia útil, no período das 8 às 11 horas e das 14 às 17.

4.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. São obrigações da Contratante:
- 5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
 - 5.1.2. verificar minuciosamente, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - 5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 5.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
 - 6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento

ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5. cometer fraude fiscal;

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.3. multa moratória de até 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20% (vinte por cento);

12.3.1. multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 12.1 deste Termo de Referência.

12.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.4. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.3.3, 12.3.4 e 12.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

13.1. Os recursos orçamentários foram previstos no POA 2019, código a definir.

Brasília, 15 de maio de 2019

Divisão de Almoxarifado
Chefe